

**EDcl no ARE nos EDcl no AgInt no RE no AgRg nos EDcl nos EDcl nos EDcl no
AgRg nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 133.064 - MT
(2011/0308972-7)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
EMBARGANTE : VALDEMIRO GUENO
ADVOGADO : LEONARDO RANDAZZO NETO - MT003504A
EMBARGADO : PEDRO HERMES LOCATELLI
ADVOGADO : CLAUDIR MIGUEL BERTICELLI - MT008239B

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por VALDEMIRO GUENO, contra acórdão prolatado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso extraordinário teve seguimento negado, com base na aplicação dos Temas 181 e 895, ambos do STF. (fls. 789/791)

Interposto agravo interno, a Corte Especial lhe negou provimento. (fls. 808/814)

Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados. (fls. 833/840)

O agravo em recurso extraordinário aviado contra o acórdão da Corte Especial não foi conhecido, tendo em vista tratar-se de erro grosseiro. (fls. 862/863)

O trânsito em julgado do feito foi certificado em 5.6.2018. (fl. 871)

Agora, a parte opõe novos embargos declaratórios, estes autuados em expediente avulso, onde alega que o *decisum* seria omissão porquanto não teria se atentado sobre a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade na hipótese presente.

É o resumo do caso.

Preambularmente, consigna-se a impossibilidade de qualquer provimento positivo ou negativo no caso em tela, tendo em conta o esgotamento da prestação jurisdicional junto ao Superior Tribunal de Justiça. De fato, consoante se observa da certidão de fl. 871, já houve a certificação do trânsito em julgado da demanda, não havendo possibilidade da análise dos embargos, o qual só tem efeito integrativo, notadamente após o término efetivo da demanda.

No mais, observa-se a clara recalcitrância da parte e o seu manifesto intento de rejugamento de causa, com argumentos que visam, apenas, à postergação do fim natural do processo, proceder esse inadmissível, à luz do que preceituam os primados da lealdade e boa fé processual.

Feitas tais considerações, e especialmente em razão do esgotamento da jurisdição do STJ, informe-se ao peticionário que **nada há a prover**.

Determino, ainda, o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

